



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.111.A001>

## **Mulheres encarceradas: histórico de maus-tratos e exposição dos filhos à violência do parceiro íntimo**

*Incarcerated women: abuse history and children exposure to intimate partner's violence*

---

Yohana Barros Alécio  
Universidade Federal do Paraná  
<https://orcid.org/0000-0003-4241-815X>  
Yohana.alecio@hotmail.com

Gabriela Isabel Reyes Ormeno  
Universidade Federal do Paraná  
<https://orcid.org/0000-0003-2803-9436>

Sidnei Rinaldo Priolo Filho  
Universidade Tuiuti do Paraná  
<https://orcid.org/0000-0003-1320-9674>

Amanda Rodrigues Dallarosa  
<https://orcid.org/0000-0002-4095-076X>

---

### Resumo

Mulheres privadas de liberdade, muitas vezes, possuem histórico de maus-tratos e encarceramento no âmbito familiar. Tendo isso em vista, este trabalho visa identificar associações entre experiências de maus-tratos infantis e violência de parceiros íntimos nesta população. Participaram 104 mulheres encarceradas com idades entre 18 e 64 anos, de duas penitenciárias do Estado do Paraná que responderam um questionário que abordava dados sociodemográficos, histórico de violência na vida e a exposição de seus filhos à violência. Os resultados apontam que 29,8% consideram ter existido algum tipo de abuso em seu círculo familiar, dos quais, 24% delas foram as próprias vítimas, durante a infância. Ainda, 35,6% sofreram alguma forma de violência de parceiro íntimo, sendo a física (19,2%), a mais comum identificada. Em relação à notificação da violência cometida por um parceiro, foi observada uma associação entre ter sofrido violência do parceiro na presença dos filhos e a notificação. Esse resultado reforça a ideia de que os filhos seriam um fator motivador para estas mulheres buscarem ajuda. Pesquisas futuras devem investigar as concepções das mulheres privadas de liberdade sobre violência e estratégias de intervenção que auxiliem no manejo das consequências dessa exposição em suas vidas.

**Palavras-chave:** *Encarceramento feminino; Maus-tratos infantis; Violência entre parceiros íntimos.*

### Abstract

Women deprived of liberty often have a previous history of abuse and incarceration within the family. Considering this, this work aims to identify associations between experiences of child abuse and intimate partner violence in this population. One hundred and four women prisoners, aged between 18 and 64 years, from two prisons in the State of Paraná, answered a questionnaire about demographics, history of violence and exposure of their children to violence. The results show that 29.8% consider that there was at least one type of abuse in their family circle, of which 24% were the victims themselves during childhood. Still, 35.6% suffered at least one type of intimate partner violence, with physical (19.2%) being the most identified. Regarding the notification of violence committed by a partner, an association was observed between having suffered violence from the partner in the presence of children and the notification. This result reinforces the idea that children would be a motivational factor for these women to seek help. Future research should investigate the conceptions of women deprived of their liberty about violence and intervention strategies that help in managing the consequences of this exposure in their lives.

**Keywords:** *Female incarceration; Child abuse; Partner violence.*

### Resumen

Mujeres privadas de libertad a menudo tienen antecedentes de abuso y encarcelamiento dentro de la familia. Con esto en mente, este trabajo tiene como objetivo identificar asociaciones entre experiencias de abuso infantil y violencia de pareja íntima en esta población. Participaron 104 reclusas con edades comprendidas entre 18 y 64 años, de dos cárceles del Estado de Paraná que respondieron un cuestionario que abordó datos sociodemográficos, antecedentes de violencia en la vida y la exposición de sus hijos a la violencia. Los resultados muestran que el 29,8% considera que hubo algún tipo de maltrato en su círculo familiar, de los cuales el 24% fueron las propias víctimas, durante la infancia. Aun así, el 35,6% sufrió alguna forma de violencia de pareja íntima, siendo la física (19,2%) la más identificada. En cuanto a la notificación de violencia cometida por la pareja, se observó asociación entre haber sufrido violencia por parte de la pareja en presencia de niños y niñas y la notificación. Este resultado refuerza la idea de que los niños serían un factor protector para que estas mujeres busquen ayuda. Las investigaciones futuras deben buscar las concepciones de las mujeres privadas de libertad sobre

la violencia y las estrategias de intervención que ayuden a manejar las consecuencias de esta exposición en sus vidas.

**Palabras clave:** *Mujeres en prisión; Abuso infantil; violencia de pareja*

---

### Introdução

Mulheres encarceradas foram um público negligenciado em pesquisas da Psicologia (Ormeño, Maia & Williams, 2013). Diferentes formas de compreender e promover a superação da violência sofrida e praticada, estão sendo discutidas na última década (Ormeño, 2013). Apesar da atenção maior a esse público, ainda se faz necessária uma melhor compreensão de seu histórico de vida é fundamental na população brasileira.

Um aspecto que aparenta ser prevalente na vida dessas mulheres é a violência intrafamiliar. Essa tem obtido atenção dos pesquisadores, em especial para investigações sobre os efeitos das diversas formas de maus-tratos infantis, como negligência, abuso físico, psicológico e sexual, e a exposição de crianças à violência contra o parceiro íntimo. Suas principais consequências estão na esfera da saúde mental, a aumentar a probabilidade de desenvolver comportamentos depressivos, problemas de aprendizagem, queixas somáticas, falta de habilidades sociais e comportamentos altamente sexualizados (Wekerle et al., 2018).

Tais consequências são agravantes para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, que podem resultar em infrações penais, e em alguns casos, levar ao cárcere. Essas características fazem com que a violência contra crianças seja considerada como um problema de saúde pública, e isso se deve, em parte, ao grande número de crianças vítimas de violência que são encaminhadas para a rede pública de saúde (Widom, 2017). D’Affonseca, Priolo Filho e Williams (2016) apontam em estudo os custos e as consequências ao longo da vida das crianças, as quais sofreram algum tipo de violência intrafamiliar, como sendo um dos fatores mais preocupantes para os pesquisadores da área. Segundo as autoras, este fenômeno é considerado uma necessidade emergente, a exigir atenção social e intervenções por meio das quais promovam os fatores de proteção para as crianças.

Um dos aspectos a serem investigados em populações carcerárias brasileiras diz respeito ao impacto dos maus-tratos na infância, com base nessa população específica.

Jones et al. (2018) apontam que quanto maior o número de eventos aversivos na infância, maior é a chance de mulheres encarceradas terem sofrido violência física, sexual e psicológica em relacionamentos amorosos na vida adulta. Radatz e Wright (2017) verificaram diferenças entre mulheres em liberdade e encarceradas, quanto ao seu histórico de vida e demais variáveis adversas, como a violência na infância e a violência de parceiro íntimo (VPI). Os resultados apontam diferenças significativas entre esses grupos, sendo vez que as mulheres encarceradas apresentam maior histórico de vitimização na infância e pelo parceiro íntimo quando comparadas às não encarceradas. Esses mesmos autores também apontam que ter sofrido mais de uma forma de violência, associa-se a maior chance de problemas com álcool, drogas e tentativa de suicídio com mulheres não encarceradas; entretanto, apenas se relaciona marginalmente às mulheres encarceradas. Esse resultado implica que as mulheres encarceradas – por seu histórico e vivência atual –, apresentam relações distintas com os eventos adversos em suas vidas. Contudo, ainda não há pesquisas que indiquem quais são os aspectos que favorecem uma maior busca da rede de proteção para essas mulheres anterior ao encarceramento, uma vez que mães vítimas de VPI, apresentam maior necessidade de apoio na criação de seus filhos. Esse aspecto, no entanto, coloca em evidência a Lei de Execução Penal (7.210/84), a qual prevê que crianças menores de oito anos deverão ficar com a sua mãe em casos de não haver outros responsáveis.

Numa tentativa de verificar diferenças entre mulheres e homens encarcerados, Chen e Gueta (2016) apontam que mulheres presas têm maiores índices de maus-tratos na infância, em especial, de abuso sexual infantil. Esses autores também enfatizam que a vitimização na infância é um fator ecológico de vital importância para outras categorias de comportamento em conflito com a lei, como o uso de substâncias em idade precoce, prostituição, exploração sexual e a violência – que podem levar essa população a se envolver em comportamento criminoso.

A intersecção entre maus-tratos na infância e violência contra mulher é, portanto, qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher. Essas violências podem causar danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico ou perda patrimonial. Adicionalmente, a ocorrência desses

eventos pode acontecer tanto em espaços públicos como privados (Ormeño & Cortiano, 2016).

Os estudos realizados por Eddy et al. (2019) apresentam características das encarceradas brasileiras, a mostrar a relação destas mulheres com seus filhos, as situações traumáticas aos quais eles foram expostos e tipo de maternagem. A quebra do vínculo mãe-filho acaba sendo um dos fatores que ressaltam o aumento de probabilidade de maus-tratos para estas crianças. Outra pesquisa brasileira aponta que a maioria das mulheres encarceradas têm algum familiar que passou pela experiência do encarceramento, além da evidente carência de atuações na prevenção dos fatores de risco em suas vidas (D'Aroz & Stoltz, 2016; Ormeño et al., 2013). As autoras citadas reforçam a necessidade de equipes interdisciplinares para execução de programas que previnam a violência e conflitos intergeracionais na realidade carcerária, sendo indispensável a criação de políticas públicas a fim de garantir a inserção e os direitos sociais dessas mulheres encarceradas e seus filhos (Ormeño et al., 2013).

Adicionalmente, com uma amostra brasileira, Ormeño, Saito e Fogo (2018) investigaram os estilos parentais aos quais mulheres encarceradas foram expostas e das mesmas com seus filhos. Os resultados do estudo apontam para uma transmissão intergeracional de práticas parentais e reforça o quão importante são as práticas educativas e a relação da criança com seus responsáveis. Em contrapartida, a má aplicação destas práticas consiste em um dos principais fatores para o desenvolvimento de práticas infracionais e criminais.

### **Objetivos**

Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em descrever e identificar em uma amostra de mulheres brasileiras encarceradas seu histórico de maus-tratos infantis e seu histórico de violência entre parceiros íntimos. Adicionalmente, verificar variáveis associadas com as experiências de violência no histórico de vida dessas mulheres.

### **Método**

#### *Participantes*

Participaram deste estudo, 104 mulheres privadas de liberdade em instituições penais do Estado do Paraná. As participantes tinham entre 18 e 64 anos ( $M=33,07$  e

$DP=10,44$ ), sendo em sua maioria autodeclaradas brancas (54,8%) ou pardas (31,7%). Dez (9,6%) se declararam pretas, 3 (2,9%) indígenas e 1 (1,0%) amarela. O estado civil da maioria era solteira (42,3%) ou separada judicialmente (21,2%), sendo 94 delas (89,6%), mães. O número total de filhos das entrevistadas foi de 273 ( $M=2,62$  e  $DP=1,97$ ), sendo 179 (65,57%) menores de idade.

#### *Instrumento*

Foi utilizado parte do instrumento elaborado por Ormeño (2013) especificamente para o público feminino em situação carcerária. O instrumento utilizado aborda questões demográficas (idade, situação conjugal, cor, número de filhos), histórico de relações familiares na infância (sensação de ser amada por alguém da família, sentir-se especial para alguém, sentimento de rejeição), histórico de maus-tratos (frequência, agressor principal e exposição à violência) e histórico de violência doméstica (tipo de violência, frequência, severidade, realização de notificação e presença de filhos durante as agressões). Em caso de resposta afirmativa para cada um dos eventos, questões subsequentes eram feitas sobre o episódio afim de verificar

#### *Procedimento*

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná (CAAE nº 55791016.7.0000.8040). Os pesquisadores obtiveram autorização junto ao DEPEN para a realização da aplicação dos questionários dentro das instituições penais do Estado do Paraná. Após a aprovação, foram realizadas reuniões com a direção das instituições penais para agendamento das entrevistas.

A aplicação ocorreu em salas de aula dentro das unidades prisionais. As participantes eram encaminhadas a estes locais e lhes eram explicados os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados. Termos de Consentimento Livre e Esclarecido eram lidos para as participantes e após seu aceite, iniciava-se a coleta de dados de forma individual. Não houve desistência ou recusa na participação após a leitura do TCLE. Foram convidadas todas as mulheres das unidades e somente não participaram aquelas que estavam trabalhando ou em regime de isolamento durante os dias da aplicação. Foram utilizados *tablets* para as coletas, as quais foram realizadas por meio do *software KoboToolbox* (Jain et al., 2015). Caso a participante não fosse alfabetizada, uma das aplicadoras lia o questionário. A duração média da coleta de dados foi de 40 minutos.

*Análise de dados*

Os dados foram tabulados e analisados pelo *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 23. Primeiramente, analisou-se de forma descritiva os dados colhidos e a partir dessas análises, foram realizados testes de Qui-quadrado com valores moderados de *phi* de Cramer e Exato de Fisher para avaliar associação entre variáveis. Por fim, uma regressão linear foi realizada tendo como variável dependente a formalização de denúncia e como variáveis independentes os diferentes históricos de violência, presença dos filhos no momento da agressão, idade e tipo de condenação das participantes.

**Resultados**

A Tabela 1 apresenta os dados referentes à ocorrência de maus-tratos na infância das mulheres em conjunto com a violência do parceiro íntimo e os sentimentos de rejeição. Um teste qui-quadrado foi apresentado, e as variáveis apresentaram diferenças significativas com valores moderados de *phi* de Cramer em ambos os casos.

*Tabela 1. Frequência de maus-tratos na infância, violência praticada pelo parceiro íntimo e sentimentos rejeição familiar.*

Variável	Ocorrência	Violência do parceiro íntimo		Sentia-se rejeitada na infância	
		Não	Sim	Não	Sim
Ocorrência de maus-tratos na infância	Não	56 (53,9%)	17 (16,3%)	27 (45,8%)	14 (23,8%)
	Sim	11 (10,6%)	20 (19,2%)	5 (8,4%)	13 (22,0%)
	X <sup>2</sup>	16.13		7.30	
	<i>p</i>	<0.01*		0.01*	
	Cramer	0.39		0.35	

Entre as participantes que relataram ter sofrido violência do parceiro (n=59, 56,7% da amostra), 11 relataram ter realizado denúncia do parceiro (18,6%). Uma regressão linear simples foi calculada como preditora da denúncia, a se basear na presença dos filhos e no tipo de violência. Uma equação de regressão significativa foi

encontrada, ( $F(2,58)=27,129$ ,  $p < 0,001$ ) com  $R^2$  de 0,492. Desta forma, metade das denúncias foram explicadas por isso. A presença dos filhos foi um valor preditivo  $-0,130 + 0,355$  da variação e a forma de agressão por  $-0,130 + 0,081$ . Isto é, quanto mais frequente a presença dos filhos em episódios de agressão maior a chance de notificação por parte da mulher e quanto mais formas de agressão sofridas pela participante, também observamos um aumento na chance de notificação da violência, porém em menor escala quando comparada com a presença dos filhos.

### **Discussão**

Essa pesquisa teve como objetivo descrever e identificar em uma amostra de mulheres brasileiras encarceradas seu histórico de maus-tratos infantis e seu histórico de violência entre parceiros íntimos. Adicionalmente, verificar variáveis associadas com as experiências de violência no histórico de vida dessas mulheres. Os resultados indicam que, para as mulheres encarceradas participantes, ter sido vítima de violência do parceiro íntimo e apresentar sentimento de rejeição eram mais frequentes para aquelas que sofreram maus-tratos na infância. Ademais, mulheres que denunciaram os parceiros eram aquelas em que os filhos estavam mais frequentemente presentes nos episódios de violência e sofriam mais tipos diferentes de agressão por parte do parceiro amoroso.

Em relação aos sentimentos de rejeição, o próprio cárcere é um dos motivos da negligência social ocasionado a detentas, de modo a apresentar o desamparo social estabelecido pela cultura machista, patriarcal e racial, o qual pode ser observado na pequena quantidade de visitantes nos presídios femininos, resultado de famílias monoparentais antes do encarceramento e pelo Estado, a tornar invisível e a reforçar este abandono (Souza & Orzechowski, 2017). Os sentimentos de abandono e rejeição durante os anos de encarceramento poderia ser justificado pelo ambiente hostil das penitenciárias e cadeias, mas não é apontado como fator impeditivo nas alas masculinas. Este afastamento pode ser analisado de acordo com as respostas das entrevistadas, que apontam o sentimento de rejeição por parte de seus familiares antes mesmo do encarceramento. Ou seja, o processo de encarceramento que vise, efetivamente, uma reinserção na sociedade, deve considerar aspectos de saúde mental prévios como estratégia de cuidado e potencial benefícios para a reinserção dessas mulheres na sociedade (Cabeldue et al., 2018).

A maior prevalência de violência na infância de mulheres encarceradas pode ser observada na literatura (Fidalgo & Fidalgo, 2017; Murray et al., 2014; Ormeño et al. 2018), com mulheres encarceradas apresentando histórico intergeracional de violência, sendo a violência familiar, portanto, uma das contingências de alta magnitude que resulta em comportamento criminal. Nossos resultados indicam a mesma direção, com elevada prevalência de histórico de maus-tratos na infância, superior a observada em outras amostras nacionais como de universitários (Priolo-Filho & Williams, 2019) e com a população em geral (Palazzo et al., 2008). Contudo, uma revisão sistemática da literatura canadense aponta prevalências ainda mais elevadas para mulheres encarceradas desse país (Bodkin et al., 2019), o que indica que uma combinação de diferentes estratégias poderia ser capaz de identificar com ainda maior precisão o histórico de maus-tratos dessa população.

Por fim, a notificação das violências perpetradas pelos parceiros era predita pelos diferentes tipos de violência praticadas pelo parceiro íntimo e a presença dos filhos durante os episódios de agressão. Apesar de algumas pesquisas na área terem investigado a relação entre violência entre parceiros íntimos e mulheres encarceradas (Jones et al., 2018; Ormeño et al., 2013), poucas são as que buscam identificar como as mulheres encarceradas lidam com essa violência. A presente pesquisa aponta que apenas uma pequena porcentagem dessas mulheres denunciou o parceiro, indicando dois possíveis caminhos, ou a ausência de informações sobre essa possibilidade ou uma descrença com o atendimento policial do qual ela pode ter experiências prévias. Compreender como a dinâmica da violência entre parceiros íntimos ocorre em relação aos crimes potencialmente cometidos por essas mulheres deve ser alvo de pesquisas futuras.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa apresenta algumas limitações, como a amostra não randomizada e de conveniência e o uso de um instrumento que, apesar de criado especificamente para essa população, pode ser aperfeiçoado com pesquisas futuras. Entretanto, essa pesquisa contribui com resultados que podem ser utilizadas para a prevenção e futuras intervenções com mulheres encarceradas e seus filhos. Por fim, essa pesquisa destaca a relevância da prevenção e intervenções para crianças e mulheres que sofreram

maus-tratos, bem como a necessidade de intervir em situações de violência entre parceiros íntimos, possibilitando maior acesso às denúncias por parte das mulheres e atendimentos mais complexos de saúde mental dentro do sistema carcerário.

### Referências

- Brasil. (1984). Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União, Brasília.
- Bodkin, C., Pivnick, L., Bondy, S. J., Ziegler, C., Martin, R. E., Jernigan, C., & Kouyoumdjian, F. (2019). History of childhood abuse in populations incarcerated in Canada: A systematic review and meta-analysis. *American Journal of Public Health*, 109(3), e1-e11. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304855>
- Cabeldue, M., Blackburn, A., & Mullings, J. L. (2019). Mental health among incarcerated women: An examination of factors impacting depression and PTSD symptomology. *Women & Criminal Justice*, 29(1), 52-72. <https://doi.org/10.1080/08974454.2018.1433099>
- D’Affonseca, S. M., Priolo-Filho, S. R., & Williams, L. C. A. (2016). Intervenção psicoterapêutica com famílias em situação de violência: Relato de atividade de extensão. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 7(1), 43–49.
- Departamento Penitenciário Nacional & Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2017). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Atualização Junho de 2016. Recuperado de [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-d-e-informacoes-penitenciarias-2016/elatório\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-d-e-informacoes-penitenciarias-2016/elatório_2016_22111.pdf).
- Eddy, J. M., Kjellstrand, J. M., Martinez, C. R., Newton, R., Herrera, D., Wheeler, A. & Lorber, M. F. (2019). Theory-based multimodal parenting intervention for incarcerated parents and their children. In J. M. Eddy & J. Poehlmann-Tynan (Orgs.), *Handbook on children with incarcerated parents: Research, policy, and practice* (p. 219–235). [https://doi.org/10.1007/978-3-030-16707-3\\_15](https://doi.org/10.1007/978-3-030-16707-3_15)
- Falcade, I. A., & Asinelli-Luz, A. (2016). Discriminação de gênero no sistema penitenciário: Implicações vividas. In I. A. Falcade (Org.), *Mulheres Invisíveis, por entre muros e grades* (p. 15–36). Curitiba: JM.
- Fidalgo, F., & Fidalgo, N. (2017). *Sistema prisional: Teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG.
- Harding, S. G. (2004). Introduction: Standpoint theory as a site of political, philosophic, and scientific debate. In S. G. Harding (Org.), *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies* (p. 1–15). New York, NY: Routledge.

- IBGE (2016). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2015. Recuperado de IBGE website: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
- Jaggar, A. M. (2004). Feminist politics and epistemology: The standpoint of women. In S. Harding (Org.), *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies* (p. 55–66). New York: Routledge.
- Jain, A., Adebayo, J., Leon, E. de, Li, W., Kagal, L., Meier, P., & Castillo, C. (2015). Mobile Application Development for crisis Data. *Procedia Engineering, Complete* (107), 255–262. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2015.06.080>
- Jones, M. S., Worthen, M. G. F., Sharp, S. F., & McLeod, D. A. (2018). Life as she knows it: The effects of adverse childhood experiences on intimate partner violence among women prisoners. *Child Abuse & Neglect*, 85, 68–79. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.08.005>
- Lutzker, J. R. (2006). *Preventing Violence: Research and evidence-based intervention strategies*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Murray, J., Bijleveld, C. C. J. H., Farrington, D. P., & Loeber, R. (2014). *Effects of Parental Incarceration on Children: Cross-National Comparative Studies*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Ormeño, G. I. R. (2013). *Histórico familiar de mulheres encarceradas: Fatores de risco e proteção para os filhos (Dissertação de Mestrado)*, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.
- Ormeño, G. R. I., & Cortiano, E. J. (2016). A violência contra a mulher. In P. I. C. Gomide & S. S. Staut Júnior (Orgs.), *Introdução à Psicologia Forense* (p. 169–181). Curitiba: Juruá.
- Ormeño, G. R., Saito, J., & Fogo, J. C. (2018). Avaliação de práticas parentais em mães encarceradas. *Revista Trama Interdisciplinar*, 9(1), 32–50. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v9n1p32-50>.
- Ormeño, G. R., Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2013). Crianças com pais ou mães encarcerados: Uma revisão da literatura. *Journal of Child and Adolescent Psychology*, 4(2), 141–161.
- Palazzo, L. D. S., Kelling, A., Béria, J. U., Figueiredo, A. C. L., Gigante, L. P., Raymann, B., & Bassani, D. G. (2008). Violência física e fatores associados: estudo de base populacional no sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 42, 622–629. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000400007>
- Priolo-Filho, S. R., & Williams, L. C. (2019). Child abuse as a predictor of alcohol consumption among Brazilian university students. *Journal of interpersonal violence*, 34(2), 270–286. <https://doi.org/10.1177%2F0886260516640775>
- Radatz, D. L., & Wright, E. M. (2017). Does polyvictimization affect incarcerated and non-incarcerated adult women differently? An exploration into internalizing

problems. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(9), 1379–1400.  
<https://doi.org/10.1177/0886260515588921>.

Souza, J. A. & Orzechowski, S. T. (2017). Educação no cárcere: Entre o Direito e especificidades de mulheres privadas de liberdade na perspectiva da Pedagogia Social. Recuperado de:  
<https://elasexistem.files.wordpress.com/2017/09/educacao-no-carcere-entre-o-direito-e-especificidades-de-mulheres-privadas-de-liberdade-na-perspectva-da-pedagogia-social.pdf>.

Wekerle, C., Wolfe, D., Cohen, J. A., Bromberg, D. S., & Murray, L. (2018). *Childhood Maltreatment* (2<sup>a</sup> ed). Boston, MA: Hogrefe Publishing.

Widom, C. S. (2017). Long-term impact of childhood abuse and neglect on crime and violence. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 24(2), 186–202.  
<https://doi.org/10.1111/cpsp.12194>